

FRESU, Gianni. *Lênin Leitor de Marx: Dialética e determinismo na história do movimento operário*. 1ª. Edição. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2016.

Luciana Aliaga
Profa. Depto. Ciências Sociais - UFPB

Lênin leitor de Marx, fruto da tese de doutorado de Gianni Fresu, originalmente publicada na Itália, não apenas resgata o pensamento de Lênin dos porões da propaganda reacionária, mas, a partir da imersão numa complexa teia de conexões teóricas e políticas, lança luz sobre a intrincada história do movimento socialista e sobre a recepção do pensamento de Marx e Engels no final do século XIX e início do século XX. Este quadro histórico e político possui o mérito de mostrar ao leitor, sobretudo, que a tradição marxista e o movimento socialista, longe serem de homogêneos e unívocos como frequentemente leituras vulgarizadas os apresentam, estiveram sempre permeados por grandes disputas teóricas e desafiadores problemas políticos para os quais buscou-se dar respostas a altura de sua importância histórica. Contudo, o fio vermelho que percorre toda a obra diz respeito à dialética hegeliana como divisor de águas, isto é, a contribuição de Hegel e de sua lógica da contradição como elemento fundamental – que aqui encontra em Lênin seu vigoroso intérprete – para distinguir e criticar as leituras mecanicistas, dogmáticas, que vicejaram, nomeadamente, durante os anos da II Internacional. A tese central da obra sustenta, portanto, que Lênin teria chegado a Hegel por meio da leitura do pensamento de K. Marx e de F. Engels e que este percurso teve como consequência a “completa superação do determinismo positivista da II Internacional” (cf. p. 18).

A análise do movimento operário nos anos da II Internacional é justamente o tema que abre o primeiro capítulo da obra. Fundamental ressaltar – e Fresu o faz logo no início do capítulo – a hegemonia intelectual e cultural exercida pelo pensamento de Darwin, Spencer e Haeckel na Europa Ocidental nos anos de formação e desenvolvimento do movimento socialista e de afirmação do marxismo como sua doutrina preponderante na segunda metade do século XIX. Destarte, a inevitável penetração dos paradigmas científicos das ciências naturais na análise social e histórica teve como consequência a consolidação, no interior da II Internacional, de uma interpretação do marxismo que reivindicava um caráter científico da história que se fazia acompanhar para uma concepção evolucionista dos sistemas de produção econômica.

Neste contexto o “comunismo crítico” de Antonio Labriola é lembrado como uma exceção a esta tendência positivista de interpretação do pensamento de Marx. Labriola – ressalta Fresu – insistia na necessidade de não “confundir o darwinismo com o materialismo histórico, nem de evocar ou servir-se de uma forma ‘mítica, mística ou metafórica’ de fatalismo” (cf. p. 30). Se – como observa Fresu – Lênin chegou a Hegel através de Marx e Engels, Labriola teria chegado a Marx por meio de Hegel em função do “segundo florescimento do hegelianismo” na universidade de Nápoles, onde o autor se formou. O conhecimento da dialética seria justamente “o elemento que melhor distinguia a sua concepção da filosofia da praxis daquela de tantos outros intelectuais marxistas-positivistas [...]” (p. 31). Neste sentido, a principal causa da vulgarização determinista no interior do marxismo é identificada por Fresu no fato de que “a dialética hegeliana fosse, em grande parte dos casos, totalmente ignorada por muitos que se propuseram a divulgar o marxismo” (idem).

Importante expoente do marxismo positivista, Karl Kautsky – baseado em concepções transpostas da análise do desenvolvimento evolutivo biológico para o campo social – entendia que “a tarefa da socialdemocracia não era organizar a revolução, mas servir-se dela” (p. 51). A tese subjacente consistia no colapso inevitável do modo de produção capitalista como “necessidade histórica” e parecia plausível diante da depressão dos anos 1880 e 1890 na Europa. Contudo, quando a história não cabe na teoria a crise no interior do movimento socialista se instala, isto é, com a inesperada recuperação econômica a partir de 1896 cai por terra a tese do colapso inevitável, dominante no pensamento socialista da época. A realidade histórica se impôs com toda sua solidez estilhaçando as certezas ortodoxas do determinismo marxista. Como observa Fresu, isto resultou na incapacidade de enfrentamento adequado dos novos desafios à organização Internacional, em especial ao nascente imperialismo das grandes potências capitalistas (cf. idem).

Neste contexto – entre 1896 e 1898 – Eduard Bernstein começa a elaborar a obra mais célebre do revisionismo marxista – *Princípios do socialismo e as tarefas da Socialdemocracia*, publicada em 1899. A contestação do economicismo das teses sobre o fatalismo do colapso da sociedade burguesa consistia em seu principal objetivo. Para Bernstein – baseado em uma particular e, como mostra Fresu, errônea interpretação do Prefácio de Engels à obra marxiana *Lutas de Classes na França* – postulava que a época das revoluções chegara ao fim. Em seu lugar emergia “o caminho da propaganda e da atividade parlamentar como terreno exclusivo da ação da socialdemocracia no futuro”

(p. 52). Este procedimento leva Bernstein a uma crítica do materialismo histórico baseada na centralidade que o autor concedia à autonomia dos fatores políticos e ideológicos em detrimento das bases econômicas. Esta crítica, contudo, estava fundada em uma leitura demasiadamente simplificadora do materialismo, isto é, na causalidade mecânica do econômico sobre o conjunto dos fatores históricos. Deste modo, sua crítica ao materialismo histórico aparecia-lhe como “uma reação natural ‘de bom senso’ contra a tendência doutrinária ‘dos que pretendem reduzir tudo a uma única causa e a tratar tudo por um único e idêntico modo’ [...]” (p. 56).

Esta revisão do materialismo histórico tinha como objetivo a redefinição dos objetivos da socialdemocracia. Para isto era forçoso resolver a contradição que ele entendia haver “entre uma prática reformista baseada na atividade parlamentar e uma teoria utopista e revolucionária” (idem). As principais raízes desta contradição eram identificadas por Bernstein tanto nas tendências blanquistas de Marx quanto na dialética hegeliana, que, portanto, deveriam ser superadas. A dialética hegeliana, em especial, constituía para o autor “o elemento menos confiável da doutrina marxista, a armadilha que impedia qualquer entendimento coerente da realidade (cf. p. 57). Para Bernstein o hegelianismo no interior da teoria marxista resultava no abandono dos fatos experimentais na busca de conceitos apriorísticos, resultando na criação de construções arbitrárias e previsões errôneas. Esta leitura deixava exposta sua raiz neokantiana cujo escopo era manter um núcleo científico no marxismo, “reduzindo-o a não mais que um cânone de interpretação histórica” (p. 59). O resultado disto, contudo, foi a mutilação do materialismo histórico porquanto o tolhia de seu núcleo fundamental – a dialética, a lógica da contradição.

Karl Kautsky, por outro lado, foi considerado o teórico oficial da “ortodoxia” marxista em função da sua batalha contra as teorias revisionistas (cf. p. 61). Neste sentido destaca-se sua *Introdução ao pensamento econômico de Marx*, de 1887, que perdurou no tempo como o “mais importante texto para divulgação e estudo de base da crítica da economia política” (p. 61). De acordo com Fresu, Kautsky chega a Marx por meio de Darwin e do estudo das Ciências Sociais, mas sem ter conhecimento da filosofia de Hegel. Disto resultou a séria dificuldade de compreender plenamente a natureza dialética do materialismo histórico. A filosofia de Hegel e a dialética foram, portanto, colocadas em segundo plano pelo autor. Consequência disto foi um marxismo alijado de qualquer lógica da contradição, isto é, o marxismo passa a ser entendido como uma concepção unitária, unívoca, sem a complexidade e o movimento de

oposições contraditórias que a dialética lhe imprime. Deste modo, tanto o revisionismo de Bernstein quanto a ortodoxia de Kautsky padeceriam do mesmo mal: prescindiam da dialética hegeliana. Deste modo, ambas resultaram em interpretações mutiladas e/ou reducionistas das obras de Marx e Engels.

A partir de 1910, Kautsky passa a se distanciar da esquerda socialdemocrata, assumindo progressivamente uma posição centrista. Na medida em que o partido torna-se uma força parlamentar considerável, que se agrava o conflito social, Kautsky afasta-se do grupo mais radical, que postulava ações de oposição social de massa, fora do âmbito institucional e parlamentar da socialdemocracia. Ele toma o partido dos dirigentes sindicais e partidários que se contrapunham ao campo liderado por Rosa Luxemburgo. Para Kautsky um eventual crescimento parlamentar permitiria a atenuação das contradições interimperialistas, evitando, assim, a guerra. Concede, portanto, a possibilidade de um “capitalismo pacífico”, cuja tendência degenerativa de violência militar e exploração seria bloqueada. O imperialismo, desta forma, não era entendido como uma necessidade do sistema capitalista e, portanto, poderia ser revertido. Nesta nova perspectiva o imperialismo passa a ser concebido como “política dos países capitalistas mais reacionários”, isto é, não representaria a classe capitalista em sua totalidade, mas apenas aqueles setores mais reacionários (cf. p. 74). Consequência desta trajetória é a aceitação, já no final de sua vida, do Estado representativo parlamentar como a forma mais perfeita de democracia já alcançada.

Rosa Luxemburgo, por sua vez, compõe um dos principais capítulos da luta contra o revisionismo no interior da II Internacional. Como destaca Fresu, nesta luta antirrevisionista, Luxemburgo traz a lume principalmente a categoria de totalidade para opor-se às perspectivas que estabeleciam uma separação estanque entre reforma e revolução, encontrando-se neste campo como opositora de Bernstein. Luxemburgo desvela também o caráter caricatural da ideia de “colapso final” do capitalismo. Para a revolucionária polonesa a concepção dialética do materialismo histórico nunca preconizou este colapso de modo necessário e mecânico, mas como uma possibilidade colocada pelas próprias características do sistema e pelas condições de organização e intervenção consciente do proletariado (cf. p. 78).

Luxemburgo destaca como a revisão de Bernstein “peca” por deixar escapar o “senso dialético do pensamento de Marx e Engels” (p. 81, nota 66). Deste modo, a tese bernsteiniana da crescente e paulatina democratização do Estado por meio das reformas sociais e das associações sindicais, que tornava inútil a revolução, é desmentida em seus

fundamentos. Luxemburgo demonstra que a “luta sindical não pode ir além da regulamentação da exploração capitalista segundo as condições de mercado”, sendo assim, “ainda que a luta pela democratização do Estado e pelas reformas sociais sejam importantes, elas se determinam em um quadro em que permanece o domínio burguês” (p. 81).

De acordo com Fresu dois elementos distinguem o pensamento de Rosa Luxemburgo: a aversão ao gradualismo reformista e a crítica à teoria da organização de Lênin. Para Luxemburgo a teoria leninista da organização gerava “burocratismo e centralismo autoritário no seio do movimento operário”, potencialmente perigosos para o “protagonismo das massas no processo revolucionário” (p. 82). Lênin acreditava que o proletariado estaria naturalmente predisposto à disciplina e à organização. Os intelectuais, por outro lado, teriam que passar por um processo de formação organizativa para chegar ao mesmo ponto. Isto para Luxemburgo era claramente um erro, ou seja, uma confusão entre a obediência à autoridade (privada de vontade e de autonomia) e a coordenação voluntária e consciente da ação política do proletariado. Esta organização autônoma e consciente não seria fruto de qualquer planificação do comitê central, mas, ao contrário, só poderia se desenvolver no interior da luta do próprio proletariado, com a paulatina educação política e consciência revolucionária. Neste sentido, o “ultracentralismo de Lênin não [estaria], para Rosa Luxemburgo, permeado pelo espírito positivo e criador de ação das massas, mas por uma concepção de ‘guarda noturno’, inclinado mais à disciplinar o movimento que favorecer seu desenvolvimento” (p. 85).

Fresu, contudo, em favor de Lênin ressalta a conexão estreita entre a teoria de partido e o contexto russo:

Em sua polêmica, Rosa Luxemburgo põe o “ultracentralismo” em correlação com a luta contra o oportunismo, mas não leva minimamente em consideração as razões de força impostas a Lênin pelas condições russas; a organização baseada em um nível legal e outro ilegal é, em realidade, estruturada, em primeiro lugar, para burlar a máquina repressiva czarista, é uma organização criada para operar em um contexto dificilmente verificável nos outros países da Europa Ocidental e, talvez por isso, fosse tão difícil compreendê-lo. Certamente a luta contra o oportunismo, que Lênin considera uma tendência típica do intelectual (o “literato socialista”), impaciente à disciplina partidária, é objetivamente central, todavia a concepção político-organizativa de Lênin não pode ser compreendida somente à luz desta batalha (p. 85).

Embora este debate específico sobre o centralismo seja apresentado de modo relativamente breve diante de sua importância e complexidade, o que torna a análise um pouco menos densa do que aquela que vinha sendo construída, Fresu aponta para os problemas de interpretação histórica e teórica que estavam envolvidos na crítica de

Luxemburgo, como o já mencionado desconhecimento do contexto russo. Além disto, apoiando-se em Salvadori, Fresu observa como a teoria de Luxemburgo estava “estritamente ligada à concepção das relações entre massas e partidos encontrada no *Manifesto*, e por fidelidade a esta acaba por compartilhar dos mesmos erros”. Estes erros consistiam especificamente na “falta de uma adequada valorização das técnicas de organização do Estado, das empresas e dos partidos modernos”. Deste modo, – ainda utilizando as palavras de Salvadori – arremata Fresu, “para ela, o fenômeno burocrático era, como para Marx, unicamente um aspecto da organização coercitiva das classes aristocrática e burguesa” (p. 100-101). Com isto encerra-se o debate demonstrando a superioridade de Lênin. O leitor, neste ponto específico, sente falta da exposição mais detalhada do pensamento de Luxemburgo no que toca a controvérsia com Lênin sobre a massa e a vanguarda, o que equilibraria o peso das posições destes dois grandes ícones da II Internacional.

O segundo capítulo *Lênin: dialética e revolução* é dedicado a demonstrar como o revolucionário russo se diferenciava da orientação geral da II Internacional no que tocava ao “fatalismo mecanicista do socialismo determinista”. Para isto o pensamento de Hegel teria sido decisivo. Fresu nos informa que Lênin, em sua juventude, aproximou-se da obra de Marx com um método que o levava a privilegiar a análise estatística e econômica da realidade social russa. Neste sentido, o marxismo passou a ser entendido como um “instrumento de análise científica capaz de fornecer critérios para compreensão das linhas e tendências gerais da evolução histórica dos sistemas de produção e relações sociais”. O valor revolucionário do marxismo residiria, portanto, no “estudo profundo das concretas ‘formações econômico-sociais’ historicamente determinadas, isto é, das especificidades que tornam a perspectiva do socialismo diversa e peculiar a depender do país em que se proponha realizar” (p. 110).

Embora fosse ainda muito jovem e imaturo teoricamente, em especial no que se referia à dialética hegeliana, este método o teria levado a romper completamente com os esquemas evolucionistas do socialismo da II Internacional, capacitando-o a explicitar “as leis históricas específicas que determinam o nascimento, o desenvolvimento e a morte de um organismo social determinado e sua substituição por outro” com base na dialética desenvolvida por Marx a partir de Hegel. Passo importante no processo de amadurecimento de Lênin, a partir da qual Fresu busca destacar elementos que contrariam a leitura do revolucionário como doutrinário ou dogmático refere-se a sua teoria da organização, que – de acordo com o autor – não se resume à obra *O que fazer*

(embora não se possa negar sua importância e centralidade para o tema, o que é demonstrado pelo fato de o próprio Fresu utilizar majoritariamente esta obra para tratar do tema).

Para Lênin a organização revolucionária teria que nascer das especificidades históricas e não de uma lógica aprioristicamente concebida, ela deveria se adequar às condições concretas de cada formação histórica, da situação presente de desenvolvimento do capitalismo e das condições específicas das lutas de classes em cada país. Daí a necessidade da centralização na Rússia czarista, fulcro da polêmica com Luxemburgo.

A desconsideração das características específicas de cada formação social era um desvio que Lênin identificava nas propostas de programa do partido socialdemocrata russo que estava sendo formulado por Plekhanov em 1902. Nele se encontravam uma “série de declarações de princípios, nas quais se falava de capitalismo em geral e não do próprio capitalismo russo” (p. 121). Neste contexto – entre 1901 e 1902 – Lênin escreve *O que fazer*. Este, que pode ser considerado um manifesto contra o espontaneísmo e o economicismo, marca a importância da construção de um partido revolucionário capaz de realizar a tarefa de fazer avançar o movimento socialista passando “de um nível de consciência trade-unionista a uma consciência socialista” (p. 122). A empreitada principal neste sentido seria a “educação política da classe operária, o desenvolvimento de sua consciência política” (p. 124).

A concepção leninista da “dialética da revolução”, bem como as primeiras formulações da noção de hegemonia comparecem, contudo, somente nos escritos produzidos entre 1904 e 1905. A revolução de 1905, como sugere Fresu, “foi o melhor teste para a análise de Lênin sobre a especificidade da formação econômico-social russa” (p. 136). A possibilidade da derrubada da autocracia czarista e a constituição de um governo provisório passam a ocupar o centro da reflexão de Lênin neste momento, cuja preocupação central consistia no caráter de classe das transformações em curso, isto é da revolução “democrático-burguesa”. Considerando a relação entre revolução democrática e revolução socialista, Lênin se move no terreno das contradições dialéticas, diferenciando-se de qualquer posição próxima ao evolucionismo determinista ou do radicalismo anárquico. Em *Duas táticas da socialdemocracia na revolução democrática* o revolucionário russo ressaltava que, no interior da revolução burguesa em curso, teria lugar a necessária luta entre as duas classes no poder, a luta imediata, portanto, deveria ser a democrática, diante da qual o proletariado não poderia esquecer

“as novas contradições que a burguesia encerra em si, nem a nova luta” (p. 138). Destarte, Lênin postulou a vinculação do governo provisório a um programa voltado para as transformações políticas e econômicas imediatas que possibilitasse um posterior passo a frente em direção ao socialismo.

A revolução de fevereiro de 1917, contudo, muda completamente o quadro tático da revolução democrático-burguesa, colocando na ordem do dia a questão da passagem do poder aos *soviets*. Neste momento Lênin identifica como tarefa imediata dos bolcheviques a conquista da maioria no interior dos *soviets*, assim como o fim de qualquer colaboração com o governo provisório. Aqui se insere a questão camponesa, isto é, no interior da necessidade de construção da direção bolchevique sobre amplas maiorias para tomar o poder. Em função disto, nas *Teses de Abril*, Lênin propõe a criação de um partido comunista capaz de atrair os proletários, os camponeses e a massa, em suma, “um partido que não entende[sse] a revolução como um golpe de mão de uma minoria consciente e que condiciona[sse] a conquista do poder à conquista da maioria das classes subalternas” (p. 147). Aqui encontramos, portanto, a primeira formulação da aliança entre operariado e campesinato que conforma o esboço do conceito de hegemonia, que será desenvolvido posteriormente por A. Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*. Fresu demonstra de modo competente como esta nova noção de aliança será decisiva no contexto da Rússia revolucionária, tanto no que se refere à política de frente única quanto no que toca à NEP (Nova Política Econômica). Para Fresu, ambos seriam exemplos da concepção dialética da revolução desenvolvida por Lênin na medida em que ela não se cristaliza, não permite que preconceitos ideológicos enrijeçam a análise, colocando sempre “no centro de sua estratégia o papel dirigente do proletariado, a sua capacidade de exercer hegemonia, a sua ‘necessidade’ histórica” (p. 170).

Por fim chegamos ao terceiro e último capítulo *Filosofia de um marxista de base*, onde Fresu traz a lume a face de um Lênin filósofo da política, primeiramente em sua batalha contra o empiriocriticismo. Lênin compõe *Materialismo e empiriocriticismo* em meio a uma crise política no interior da socialdemocracia russa em meados de 1907, que se definia pela divisão entre posições políticas extremas tanto de mencheviques quanto de bolcheviques, que se fazia acompanhar por uma crise teórica. Esta, por sua vez, podia ser identificada no “entrelaçamento entre a revisão teórica do marxismo e a involução da praxis política”, que Lênin via refletida nas posições dos bolcheviques empiriocriticistas (p. 174). Para ele, o principal problema da corrente empiriocriticista

no interior do bolchevismo era a tentativa de refutar o materialismo direta ou indiretamente tendo por base a “experiência pura”.

De acordo com esta corrente filosófica, deve-se partir da “experiência pura”, prescindindo-se de toda metafísica, evitando-se as escolhas entre físico e psíquico, matéria e espírito, sujeito e objeto, experiência externa e interna. Os *elementos* da experiência pura – que segundo os empiriocriticistas não podem ser interpretados de maneira materialista nem idealista – são sensações; tais sensações são acompanhadas dos *caracteres*, que são qualidades variadas que as sensações recebem em suas diversas relações: por exemplo, prazer e dor, aparência e realidade, certo e incerto, conhecido e desconhecido (p. 176, grifos do autor).

A partir disto, os expoentes desta corrente entendiam que o materialismo cairia numa espécie de metafísica na medida em que reconhece a matéria “independentemente dos dados imediatos dos sentidos e da experiência” (p. 177). A preocupação central de Lênin em *Materialismo e empiriocriticismo* era, portanto, a reafirmação do materialismo. Em função disto, o tratamento da dialética ficou em segundo plano e, por este motivo, esta obra, de acordo com Fresu, não expressaria ou sintetizaria o conjunto da filosofia de Lênin (cf. p. 175), comparece aqui, contudo, pela sua importância para o materialismo histórico. A batalha de ideias no âmbito filosófico, neste sentido, era de fundamental importância para Lênin no combate a “todas as tentativas de revisão dos conceitos fundamentais do marxismo” (p. 200).

Como indica Fresu, Lênin enfrenta este debate tomando por base, sobretudo, o materialismo de Feuerbach – considerado o fundador da crítica de esquerda ao kantismo – bem como as concepções de Engels sobre o materialismo. A sua conclusão consiste na reafirmação do materialismo, que “reconhece a realidade objetiva do ser (matéria) independente da consciência, das sensações, da experiência, etc.”. Esta definição de Lênin, contudo, toma a consciência como mero reflexo do mundo material. Em suas palavras “a consciência é somente um reflexo do ser e, nos melhores dos casos, um reflexo aproximadamente justo” (p. 199). Esta formulação nos parece demasiadamente esquemática e simplificadora. Valeria a pena, em nosso modo de ver, uma reflexão crítica sobre o pensamento de Lênin neste ponto específico.

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci se afasta sobremaneira tanto de Engels no *Antidühring*, quanto de Lênin em *Materialismo e Empiriocriticismo*. No Q. 11, § 34, o autor atribui a Engels muitos dos desvios do *Ensaio popular* de Bukharin. De acordo com Gramsci, Bukharin, ao sustentar um “sistema dogmático, de verdades absolutas e eternas”, confunde a filosofia da práxis com o materialismo vulgar, “com a metafísica da matéria, que não pode deixar de ser eterna e absoluta” (*idem*). Neste sentido, os argumentos de Lênin em *Materialismo e empiriocriticismo* se assemelham

acentuadamente à concepção metafísica do materialismo que dá sustentação ao *Ensaio popular*. Parece-nos que conceber o conhecimento como mero *reflexo* da natureza, de modo que a realidade objetiva é apenas copiada, fotografada, refletida pelas sensações se aproxima muito do que Gramsci chamava de “realismo ingênuo”. Na perspectiva gramsciana, o objeto do conhecimento somente pode ser acessado pela via da subjetividade. Diz Gramsci: “Objetivo significa sempre ‘humanamente objetivo’, o que pode corresponder exatamente a ‘historicamente subjetivo’, isto é, objetivo significaria ‘universal subjetivo’” (Q. 11, § 17, p. 1415-1416, grifos nossos).

Esta excelente obra que ora analisamos deixa a desejar neste ponto: se abstém de criticar o pensamento de Lênin, o que lhe atribui uma face quase heroica, infalível. A crítica neste aspecto específico não diminuiria em nada – cremos – o valor do estudo sobre o revolucionário russo, muito pelo contrário, ela é fundamental para que qualquer ator social permaneça como um personagem histórico e humano. Outro ponto que gostaríamos de destacar criticamente é a simbiose que Fresu estabelece entre Marx e Engels. O autor, ao se contrapor à “vulgata que localiza em Engels o primeiro profanador da obra de Marx” (p. 54), acaba por cair no extremo oposto ao afirmar que a relação entre os dois era “simbiótica” (idem). Isto nos parece um notório exagero, posição da qual compartilha também Gramsci, para o qual não se deve exagerar ao afirmar a identidade de pensamento entre Marx e Engels (Q. 11, §34, p. 1449).

Enquanto em *Materialismo e Empiriocriticismo* – afirma Fresu – a atenção de Lênin está voltada para a batalha contra o ecletismo empíriocriticista, deixando, portanto, de tratar do tema da dialética hegeliana, entre 1908 e 1912 este tema aparece em primeiro plano, ainda que de forma sintética, numa série de artigos que posteriormente foram reunidos e publicados em 1925. No primeiro destes artigos, *As três fontes e as três partes constituintes do marxismo*, Lênin destaca como Marx teria dado continuidade e desenvolvido as três mais importantes correntes de pensamento do século XIX: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês (p. 215).

Nesta obra Lênin destaca a importância da dialética para “os dois fundadores do socialismo científico”, que seria “a mais rica e desenvolvida doutrina da evolução, a maior conquista a filosofia clássica alemã” (p. 217). Neste sentido, como ressalta Fresu, o materialismo histórico para Lênin não seria compreensível apartado das conquistas da filosofia de Hegel e de sua dialética. Esta fonte essencial do marxismo foi, contudo, ora combatida, ora ignorada tanto pela “ortodoxia” determinista quanto pelo revisionismo

de Bernstein. “No âmbito filosófico, de fato, o revisionismo traduziu-se em um retorno à Kant e em uma rejeição da concepção materialista da história que uniu (como escreve Lênin) em um mesmo front tanto ‘professores’ da academia burguesa quanto teóricos do revisionismo” (p. 224).

Finalmente nos *Cadernos Filosóficos*, publicados pela primeira vez em 1929 e 1930, – que são, para Fresu, “o coroamento do percurso filosófico de Lênin” (p. 251) – o revolucionário russo não apenas retornou ao estudo de Marx e Engels, mas foi diretamente à obra de Hegel. Ali comparecem os resultados dos seus estudos sobre as *Lições sobre História da filosofia e sobre a filosofia da história*, sobre a *Fenomenologia do Espírito* e sobre a *Ciência da Lógica*. Seu esforço se concentrava, sobretudo, em fazer uma leitura materialista de Hegel. Diz Lênin “Hegel é (segundo Engels) o materialismo de cabeça para baixo: elimino aqui em grande parte o bom Deus, o absoluto, a Ideia pura, etc.” (p. 235). De acordo com Fresu, para Lênin, Marx e Engels teriam aceitado – ainda que de cabeça para baixo – a dialética hegeliana dentro do materialismo histórico. Neste sentido, Marx teria aplicado “a dialética de Hegel em sua forma racional – ou seja, privada de sua casca mística – à economia política” (p. 241). Em suma, para Lênin, Marx teria se destacado porque não repetiu Hegel, mas, ao contrário, teria inovado em relação a ele, avançando “a partir de Hegel e Feuerbach, levando da dialética idealista para a dialética materialista” (p. 249).

Uma crítica feita por Lúcio Colletti – que Fresu apresenta, mas parece não dar resposta, ou pelo menos resposta suficiente – se refere à natureza da relação entre a dialética hegeliana e aquela marxiana. Para Colletti, Lenin, assim como Engels, não teria se dado conta

de que a passagem de Hegel a Marx não pode dar-se com a simples inversão mecânica da dialética do primeiro, vale dizer, trazendo essa dialética ao terreno materialista com uma operação que mantém, porém intacta a forma dada a ela por Hegel (p. 232).

A própria exposição de Fresu não deixa dúvidas de que para Lênin a passagem da dialética idealista para a materialista se dava por meio de uma mera inversão. Fresu reafirma esta ideia quando afirma que “o elemento que distingue Marx e os seus discípulos é justamente a aceitação da dialética a partir da subversão de sujeito e predicado” (p. 226-227). Esta formulação que marca a diferença das duas dialéticas como simples subversão do sujeito e predicado acaba por minimizar o teor crítico da leitura de Marx da obra de Hegel, suavizando as diferenças até um limite em que elas aparecem como contínuas, como se a dialética marxiana fosse um mero

desenvolvimento da dialética hegeliana. Sobre isto, Jorge Grespan trouxe para a literatura crítica brasileira um debate que já vem sendo feito há algum tempo na Alemanha sobre a diferença entre a dialética de Hegel e de Marx. De acordo com o autor, trata-se de duas dialéticas distintas. Marx toma a dialética hegeliana como objeto de crítica e a partir dela constrói uma lógica que lhe é oposta, corrigindo, assim, “o viés idealista”, apresentando de modo inovador “a vida natural como produtora das representações mentais” (GRESPLAN, 2002, p. 26). Deste modo, fica evidente que o método marxiano não é diverso do hegeliano apenas pelo seu conteúdo materialista em oposição ao idealismo de Hegel, mas também difere em sua forma, isto é, na forma como ocorre a inversão. Neste sentido,

a “inversão” proposta por Marx pode ser entendida como ato de virar no avesso, ou melhor, desvirar do avesso algo que estava nesta posição. Fulda propõe a elegante metáfora de uma luva que, ao ser descalçada, fica no avesso, e ‘*umstülpen*’ [inverter] quer dizer colocá-la do lado certo (*idem*).

Quando a luva é desvirada, o lado de fora, que estava para dentro, volta para fora, e vice-versa. Aqui – de acordo com Grespan – há uma implicação lógica fundamental: a dialética hegeliana explica o real como mera manifestação exterior daquilo que é essencial, estabelecendo, assim, uma unidade perfeita e harmônica de toda a múltipla e conflitante realidade, isto é, “para Hegel, a realidade teria uma figura ‘múltipla e conflitante’ de coisas diversas e só a dialética seria capaz de descobrir, por baixo deste caos aparente, a ‘unidade perfeita e harmônica’ da essência interior” (*idem*, p. 27). Manifestação e essência, contudo, se definem inversamente em cada autor. Para Marx esta unidade perfeita e harmônica teria um caráter conciliador dos conflitos e das diferenças aparentes, isto é, teria uma “função apaziguadora”, de modo que não poderia ser crítica. Enquanto Hegel apreende a contradição dos fenômenos como unidade na essência, na ideia, Marx explica a contradição dos fenômenos por meio de “uma contradição ainda mais rica e profunda, essencial” (*idem*), no âmbito das relações sociais de produção.

Estas observações críticas, contudo, em nada desmerecem esta importante reflexão sobre o pensamento dialético de Lênin. Esta obra – que poderia chamar-se *Lênin leitor de Hegel* sem deixar de fazer jus ao seu conteúdo – como já dissemos, possui o mérito de contribuir com a reflexão da teoria e da praxis socialista a partir das lições da história e dos grandes debates que se desenvolveram no interior da tradição marxista.

Bibliografia

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana*, Torino: Einaudi, 2007.

GRESPLAN, J. “A dialética no avesso”. *Revista Crítica Marxista*, 14. São Paulo: Boitempo, 2002.